

UNIP – UNIVERSIDADE PAULISTA

ELIANA GARCIA

A QUESTÃO DA ÉTICA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

São Paulo
2018

ELIANA GARCIA

A QUESTÃO DA ÉTICA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de pós-graduação em Docência do Ensino Superior apresentado à Universidade Paulista - UNIP.

Orientador: Professor Marcio Maksimavicius.

São Paulo
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Paulo Roberto Pedrozo Rocha pelo auxílio e colaboração na redação das partes deste trabalho, bem como na sugestão de parte da bibliografia e pela leitura dos originais.

Aos professores do curso de Docência do Ensino Superior meu agradecimento pelo incentivo e dedicação e ao professor Marcio Maksimavicius pelo acompanhamento deste trabalho.

"Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. A prática docente que não há sem a discente é uma prática inteira. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor."

(Paulo Freire).

RESUMO

A ética, nos dias atuais, tem estado no centro de muitas discussões e tem sido um assunto recorrente em vários setores da sociedade. A educação, que se traduz em processos que envolvem ensino e aprendizagem com o intuito de formar intelectualmente e moralmente o indivíduo, tem uma relação muito próxima com a ética. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é conduzir o leitor a uma reflexão acerca da questão ética na educação e, especialmente, na relação professor-aluno. Verifica-se que a figura do educador, no ambiente escolar, assume uma importância fundamental nessa relação, uma vez que ele pode se tornar marcante e decisivo na formação dos educandos. Além dos vários saberes necessários à formação do docente, entre eles a sua capacidade científica e seu domínio técnico para o ensino dos conteúdos, verifica-se que é de suma importância que o professor saiba lidar com a afetividade, a motivação e a sensibilidade a fim de manter uma boa relação com seus alunos e assim promover a cooperação, o respeito, a solidariedade, a cidadania e outros valores necessários para uma boa convivência no ambiente escolar e, conseqüentemente, em sociedade. Para aprofundarmos todas essas discussões a respeito da ética e da educação procuramos embasar nossa pesquisa na leitura de trabalhos de vários teóricos e educadores, entre eles Álvaro L. M. Valls (1993), Adolfo Sánchez Vásquez (1998), Marilena Chaui (1988), Amorim Neto e Rosito (2009), Mario Sergio Cortella (2015), Yves de La Taille (2010), Paulo Freire (1996), entre outros pesquisadores e estudiosos. Esperamos que a presente pesquisa possa contribuir para que novas discussões sejam suscitadas a fim de que se estabeleçam outras formas de promover uma educação ética voltada para uma convivência mais harmoniosa, feliz e humana.

Palavras-chave: Ética – Educação – Relação professor-aluno

ABSTRACT

The Ethics, nowadays, has been in the middle of discussions and it has been a subject related to several areas of society. The education, which could be translated in processes that involve teaching and learning in order to form intellectually and morally the social agent, has a close relation to the Ethics. Thus, the aim of this research is leading the reader to think about the ethics at education and, especially, into the teacher-pupil's relationship. It is possible to verify that the educator presence, at the school ambiance, takes an essential importance in that mentioned relationship, because the teacher could become remarkable and absolute in his/her pupils' education. Besides the several kinds of required knowledge to the teacher's education, amongst them, the scientific ability and his/her capacity to transmit the subjects, it is possible to verify the essential importance in teacher's skills to hand aspects like affectivity, motivation and sensitiveness in order to keep a good relationship among the students, and so, promoting the cooperation, the respect, the solidarity, the citizenship thru several important values to guarantee a healthy scholar ambiance and also in society. To go onto all these points about ethics and education we launched the basis to this research in reading different papers by various authors and educators, amongst them Alvaro L. M. Valls (1993). Adolfo Sánchez Vázquez (1998), Marilena Chaui (1998), Amorim Neto e Rosito (2009), Mario Sergio Cortella (2015), Yves de la Taille (2010), Paulo Freire (1996), considering other researches and scholars. We hope this research could contribute to raise new discussions in order to establish other ways to improve ethical education faced to harmonic and happy human convivence.

Key Words: Ethic – Education – Teacher-Pupil's Relationship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 – ÉTICA: APONTAMENTOS PRELIMINARES.....	09
1.1. Ética: breve historiografia e definição.....	09
1.2. Os problemas éticos e morais.....	17
2 - UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	23
2.1. Moral e ética – diferentes abordagens.....	24
2.2. Ética na prática docente. Reflexões para uma boa relação professor-aluno....	29
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Por muitos séculos a ética tem sido objeto de estudo de educadores, filósofos e teóricos justamente pela sua importância no processo de formação dos indivíduos. Esse debate tem se intensificado e o interesse pelo tema vem tomando proporções cada vez maiores nos últimos anos, talvez porque o mundo atual tenha revelado uma inversão de valores no que diz respeito ao comportamento moral e social do indivíduo.

Naturalmente essa crise de valores morais atinge os vários setores da vida humana e, portanto, a educação, como parte da sociedade, tem sofrido os efeitos dessas mudanças nas relações humanas, que se mostram muito mais violentas e insensíveis, carentes de confiança e solidariedade.

O presente estudo tem a intenção de verificar e analisar a relação entre ética e educação e mais especificamente, levar a uma reflexão quanto a importância da ética na relação profissional entre professor-aluno. Além, naturalmente, de procurar demonstrar a necessidade e relevância de trazer o debate sobre ética e educação para dentro do ambiente escolar.

A educação, como veremos ao longo do trabalho, não pode ser concebida fora da dimensão ética, uma vez que sua função é formar indivíduos que se mostrem capazes de desenvolver uma consciência crítica e autônoma e ao mesmo tempo fazer com que esses indivíduos se percebam como parte de um todo, de uma coletividade, onde as ações de cada um interferirá e influenciará a vida do outro e da própria sociedade.

Verificaremos que a prática docente no ambiente escolar deve estar pautada em valores éticos que vão muito além da capacidade científica e do domínio técnico que o professor deve ter para o ensino dos conteúdos. Na verdade, a competência do professor é também medida pela sua sensibilidade, afetividade e capacidade de lidar com os alunos.

Todas essas questões serão tratadas com mais profundidade nos capítulos que compõem a presente pesquisa. Sendo assim, nosso intuito, através desta monografia, é trazer à tona diferentes abordagens de teóricos e estudiosos a respeito da ética na educação, sobretudo na prática docente, a fim de que possamos contribuir para uma

reflexão mais abrangente sobre todas as questões que envolvam o fazer pedagógico e sua relação com a ética.

Uma vez conhecidos os objetivos de nossa monografia, acresce dizer que nosso trabalho se organizará em dois momentos. Em “Ética: apontamentos preliminares” apresentaremos uma breve historiografia da ética e sua definição, pautada nas obras de Álvaro L. M. Valls (*O que é ética*, 1993), Adolfo Sánchez Vásquez (*Ética*, 1998) e Marilena Chaui (*Convite à filosofia*, 1988). A seguir, em “Uma Reflexão sobre a relação professor-aluno” trataremos da ética na prática docente e nos apoiaremos nos pensamentos de diversos autores e suas reflexões para se alcançar uma boa relação professor-aluno. Para fundamentar este segundo capítulo nos referenciamos nos estudos de Amorim Neto e Rosito (*Ética e moral na educação*, 2009), Mario Sergio Cortella (*Educação, convivência e ética*, 2015), Yves de La Taille e Mario Sergio Cortella (*Nos labirintos da moral*, 2010), Paulo Freire (*Pedagogia da autonomia*, 1996), entre outros trabalhos de pesquisadores e educadores contemporâneos.

Esperamos, enfim, promover uma discussão mais ampla em busca de respostas que possam provocar as mudanças necessárias na educação e conseqüentemente, em nossa coletividade. Mudanças que possam criar formas de convívio mais harmoniosas e voltadas para o nosso bem-estar e de nossa sociedade.

1 – ÉTICA: APONTAMENTOS PRELIMINARES

A ética tem sido um tema exaustivamente debatido na atualidade. As questões éticas e os comportamentos morais surgem no dia a dia e nos convidam a uma reflexão acerca de nossa maneira de agir e pensar. Nesse sentido, podemos pensar em ética em vários momentos de nossa vida e em vários setores da sociedade. Discute-se ética no ambiente de trabalho, na política, no direito, na saúde, na educação, no meio ambiente etc.

O intuito deste trabalho é refletir sobre a ética na educação, especialmente a ética profissional na relação professor-aluno e verificar a importância de se tratar desse tema no ambiente escolar.

Para tanto, faz-se necessário um embasamento teórico à luz de alguns autores para que nossa interpretação particular sobre o tema possa trazer alguma contribuição significativa e, assim, propor um outro olhar a respeito do universo ético que ainda não tenha sido observado.

Neste capítulo abordaremos alguns autores como Adolfo Sánchez Vásquez (1998), Marilena Chaui (1988) e Álvaro L. M. Valls (1993) para buscar situar o leitor acerca desse tema tão abrangente e que está presente em nossa história há muitos séculos, desde pelo menos 500 a. C., quando surgiu na antiga Grécia o conceito de ética. Sendo assim, o capítulo se organizará em duas partes, sendo definidas da seguinte forma: a primeira tratará de um breve histórico a respeito da ética e sua definição e a segunda abordará um estudo dos problemas éticos e morais.

1.1. Ética: breve historiografia e definição.

O conceito de ética começou a surgir na antiga Grécia, por volta de 500 a.C. Contudo, Sócrates e seus discípulos começaram a refletir sobre esse conceito através de observações sobre a natureza do bem moral a fim de alcançar um princípio absoluto de conduta. Os filósofos estavam preocupados com os problemas do homem e com suas condutas morais. E assim, a partir dessas reflexões, nasceram outras formas de pensamento. Como consequência, segundo Valls (1993), muitas ideias

éticas foram formuladas, entre elas as mais conhecidas: “nada em excesso” e “conhece-te a ti mesmo”.

De acordo com Valls (1993), entre os discípulos de Sócrates, foi Platão (427-347 a.C.) quem registrou e desenvolveu as ideias de seu mestre. Segundo ele, todos os homens buscam a felicidade, coincidentemente, a maioria das doutrinas gregas colocava essa busca no centro de suas preocupações. O autor informa que Platão, em seus escritos, sempre voltava à uma questão central: onde está o Sumo Bem?

Valls (1993) nos lembra que Platão, ao que tudo indica, acreditava numa vida depois da morte, portanto, preferia o ascetismo e defendia a abstenção dos prazeres físicos, acreditando ser o caminho para atingir a perfeição e equilíbrio moral e espiritual. Segundo ele, os homens deveriam procurar, durante a vida, a contemplação das ideias, e principalmente, a ideia do Bem. De acordo com Valls (1993) Platão considerava que o sábio é um homem virtuoso ou que busca a vida virtuosa a fim de manter a harmonia e o equilíbrio. Desta forma, o homem aprenderia a desprender-se do mundo terreno para contemplar o mundo ideal, buscando a imitação ou assimilação de Deus.

Segundo Valls (1993) as principais virtudes, na visão de Platão, são as seguintes: Justiça, Prudência ou Sabedoria, Fortaleza ou Valor e Temperança. O autor nos lembra que “o que mais caracteriza a ética platônica é a ideia do Sumo Bem, da vida divina, da equivalência de contemplação filosófica e virtude, e da virtude como ordem a harmonia universal.” (VALLS, 1993, p. 28).

Observa-se que Platão voltava-se sempre para uma abordagem mais teórica, já Aristóteles (384-322 a.C.), de acordo com Valls (1993), preocupava-se com a observação empírica e procurava basear-se na experiência das próprias pessoas, ouvindo seus relatos.

Aristóteles, segundo Valls (1993), também parte do princípio que há uma correlação entre o Ser e o Bem. Porém, Aristóteles insistia na ideia da variedade dos seres, sendo assim ele acreditava que os bens também deveriam variar de acordo com a complexidade de cada ser. De acordo com o autor, Aristóteles acreditava que o homem era um ser complexo e, portanto, precisava de vários bens, tais como amizade, saúde e até riqueza, pois sem os mesmos não alcançaria a felicidade.

O autor aponta que, para Aristóteles, o pensamento é o bem mais precioso, e assim, o sábio não necessita de muitas outras coisas. Segundo ele, “a vida humana mais feliz é a contemplativa, porque imita melhor a atividade divina” (VALLS, 1993, p. 32).

De acordo com Valls (1993), as questões de ética foram tratadas por Aristóteles especialmente em seus livros *Ética a Eudemo* e *Ética a Nicômaco*:

Na *Ética a Eudemo*, o objetivo ou a finalidade da vida humana é o culto e a contemplação do divino. Este é o fim mais nobre e a nossa norma mais segura de conduta.

Já na *Ética a Nicômaco* aparecem mais as coisas relativas e também necessárias, de modo que o autor busca igualmente as normas mais relativas. Assim, por exemplo, o prazer não é um bem absoluto, mas também não é um mal, pois ele acompanha as diferentes atividades, mesmo as intelectuais ou espirituais. No entanto, Aristóteles insiste em que “os verdadeiros prazeres do homem são as ações conforme a virtude”. (VALLS, 1993, p. 32)

Aristóteles, de acordo com Valls (1993), acreditava que a felicidade verdadeira só poderia ser alcançada pela virtude, assim, para alcançá-la o homem deveria se esforçar para desenvolver bons hábitos. Ele considerava que as virtudes não são inatas e dependiam de um exercício constante e da autoeducação para serem conquistadas, ou seja, dependiam de um esforço voluntário e racional do homem.

Na antiga Grécia os ideais éticos, segundo Valls (1993), estavam na busca e prática do Bem ou na busca da felicidade, que correspondia a uma vida virtuosa e bem ordenada. O autor também aponta que eram valorizados outros ideais, como viver de acordo com a natureza, cujo sentido foi mais tarde adaptado por teólogos cristãos no sentido de viver de acordo com as leis que Deus nos deu através da natureza. Os estoicos valorizavam essa vida natural. Os epicuristas acreditavam na felicidade como bem supremo e defendiam uma vida voltada ao prazer, porém se preocupavam com algumas regras para não se excederem na busca desses prazeres.

No decorrer da história os ideais éticos foram se modificando. E assim, Valls (1993) nos informa que no Cristianismo os ideais eram religiosos e voltados para uma vida espiritual. O autor nos lembra do ensinamento de Santo Agostinho: “Deus nos é mais íntimo que o nosso próprio íntimo”. Mais adiante, com o Renascimento e iluminismo houve uma valorização da autonomia individual. Sendo assim, “o ideal seria viver de acordo com a própria liberdade pessoal, e em termos sociais o grande lema foi o dos franceses: liberdade, igualdade, fraternidade.” (VALLS, 1993, p. 45). Immanuel Kant (1724-1804), segundo o autor, identificava o ideal ético com o ideal da

autonomia individual e tomava como ponto de partida de sua teoria a questão da moralidade: “O homem racional, autônomo, autodeterminado, aquele que age segundo a razão e a liberdade, eis o critério da moralidade.” (VALLS, 1993, p. 45).

Outros pensadores como Hegel (1770-1831) também relacionava o ideal ético à liberdade:

Para Hegel estava numa vida livre dentro de um Estado livre, um Estado de direito, que preservasse os direitos dos homens e lhes cobrasse seus deveres, onde a consciência moral e as leis do direito não estivessem nem separadas e nem em contradição. (VALLS, 1993, p. 45)

No século XX, segundo Valls (1993), as relações sociais passam a ser preocupação da ética, salientando o aspecto da justiça social e econômica:

No século XX, os pensadores da existência, em suas posições muito diversas, insistiram todos sobre a liberdade como um ideal ético, em termos que privilegiavam o aspecto pessoal ou personalista da ética: autenticidade, opção, resoluteza, cuidado, etc.

Já o pensamento social e dialético buscou como ideal ético, na medida em que aqui ainda se usa esta expressão, a ideia de uma vida social mais justa, com a superação das injustiças econômicas mais gritantes. (VALLS, 1993, p. 46)

Valls (1993) observa que a reflexão ético-social do século XX já se preocupava com a questão da liberdade e com a consciência dos cidadãos quanto à sua participação na sociedade:

na massificação atual, a maioria hoje talvez já não se comporte mais eticamente, pois não vive imoral, mas amoralmente. Os meios de comunicação de massa, as ideologias, os aparatos econômicos e do Estado, já não permitem mais a existência de sujeitos livres, de cidadãos conscientes e participantes, de consciências com capacidade julgadora. (VALLS, 1993, p. 47)

A questão da liberdade, nesse instante, merece ser melhor explorada, uma vez que não há sentido falar em ética sem falar de liberdade. E assim, Valls (1993) aponta que se a ética nos faz lembrar de normas e responsabilidade, também podemos pensar que o homem é livre para escolher um caminho ou outro e assim, agir dentro daquilo que é considerado correto ou não. O autor também aponta que, por outro lado, se existir um determinismo total, não haverá possibilidade de escolha para o indivíduo e conseqüentemente não haverá ética. Porém, Valls (1993) considera que o oposto ao determinismo total, ou seja, uma liberdade absolutamente incondicionada também negaria a ética.

Vásquez (1998) também nos fala sobre a relação entre liberdade e responsabilidade:

O problema da essência do ato moral envia a outro problema importantíssimo: o da responsabilidade. É possível falar em comportamento moral somente quando o sujeito que assim se comporta é responsável pelos seus atos, mas isto, por sua vez, envolve o pressuposto de que pôde fazer o que queria fazer, ou seja, de que pôde escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada. O problema da liberdade da vontade, por isso, é inseparável do da responsabilidade. Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral: mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é da competência da ética. Problemas éticos são também o da obrigatoriedade moral, isto é, o da natureza e fundamentos do comportamento moral enquanto obrigatório, bem como o da realização moral, não só como empreendimento individual, mas também como empreendimento coletivo. (VÁSQUEZ, 1998, p. 19)

Segundo Valls (1993) no início do século passado alguns pensadores do idealismo colocaram o poder da vontade acima de qualquer condicionamento (material, social, econômico e psicológico), porém esse sujeito idealizado e totalmente dono de suas vontades não tinha identidade com o homem real que vivia na época. E assim, houve muitas críticas contrárias a esse pensamento.

Relativamente aos dois pontos de negação da liberdade, citados anteriormente, ou seja, o determinismo absoluto e o libertarismo absoluto, Valls (1993) retoma a discussão e aponta:

a ética se movimenta entre estes dois extremos, igualmente falsos. A ética se preocupa, podemos dizê-lo agora, com as formas humanas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, entre tempo e eternidade, entre o individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade. Essas contradições não são todas do mesmo tipo, mas brotam do fato de que o homem é um ser sintético, ou, dito mais exatamente, o homem não é o que apenas é, pois ele precisa tornar-se um homem, realizando em sua vida a síntese das contradições que o constituem inicialmente. (VALLS, 1993, p. 56)

Karl Marx (1818-1883) apresentou uma nova visão do mundo e, segundo Valls (1993), interpretou a história humana como uma luta constante na tentativa de dominar a natureza pelo trabalho. A questão da liberdade, para Marx, está condicionada pelas possibilidades técnicas, desenvolvidas pelo trabalho, e pelas formações econômico-sociais. Ele instituiu a moral revolucionária. Porém, na visão de Valls (1993), Marx também está condicionado a seu tempo, uma vez que ele aceita que a natureza deva ser dominada e apenas repele a ideia da dominação do homem pelo homem, esquecendo-se que o homem também é parte da natureza.

Outro pensador que trouxe grande contribuição no campo da ética foi S. Kierkegaard (1813-1855). De acordo com Valls (1993) ele aprofundou os estudos dos gregos quanto a questão do “conhecer o bem” e “agir bem”. Para Sócrates e Platão

conhecer o bem era suficiente para que o homem passasse a agir bem. Para Kierkegaard, apesar de conhecer o bem, o homem poderia não desejar praticar o bem, e esta seria uma questão ética. Esse pensador desenvolveu e explicou o conceito de angústia associado ao conceito de liberdade, pois ele acreditava que o que causa a angústia é a possibilidade de escolha que se apresenta, em muitas situações, ao homem.

De acordo com Valls (1993) o Renascimento e a Idade Moderna trouxeram uma preocupação com a autonomia moral do indivíduo e seu agir de forma racional:

Os homens querem fundamentar o seu agir na natureza. Assim temos o "direito natural", que contém uma ideia revolucionária em relação ao "direito divino dos reis", do regime antigo. Assim temos Rousseau (1712-1778), com o ideal de uma vida melhor graças ao retorno às condições naturais, anteriores à civilização. E assim temos Kant, que busca descobrir em cada homem (e neste sentido é antiaristocrata e burguês) uma natureza fundamentalmente igual, porém natureza livre. (...) para Kant, a natureza humana é uma natureza racional, o que equivale a dizer que a natureza nos fez livres, mas com isso não nos disse o que fazer, concretamente. Sendo o homem um ser natural, mas naturalmente livre, isto é, destinado pela natureza à liberdade, ele deve desenvolver esta liberdade através da mediação de sua capacidade racional.

A segunda metade do século atual trouxe uma outra preocupação ética, segundo Valls (1993) a questão do discurso veio à tona. O discurso passou a ser analisado tendo em vista a crítica da ideologia e também a crítica da linguagem. A crítica da ideologia procurava ver quais eram os reais interesses (econômicos, materiais ou políticos) por trás dos discursos e a crítica da linguagem se preocupava com o rigor formal “quando se concentra na análise das formulações linguísticas através das quais os homens definem ou justificam o seu agir.” (VALLS, 1993, p. 67)

De forma geral a preocupação da ética ao longo da história e apesar dos diversos enfoques filosóficos, continua a mesma com relação a algumas noções, entre elas, segundo Valls (1993) é a questão da distinção entre o bem e o mal e a maneira de agir dos homens. Segundo o autor, agir de forma ética é agir em conformidade com o bem e fazer essa opção ainda é um problema que cada indivíduo deve enfrentar. Porém, atualmente, já não sabemos se o homem tem condições de agir individualmente, moralmente. Valls (1993) nos lembra que a ditadura dos meios de comunicação, a massificação, a indústria cultural e as ditaduras políticas podem exercer uma influência tamanha que já pode não ser possível ao homem escolher entre o bem e o mal. Sendo assim, esse mesmo homem estaria perdendo sua

individualidade, cerceado em seu direito de escolha e, conseqüentemente, perdendo sua identidade em nosso mundo moderno.

Após esse breve relato acerca da historiografia da ética, verificaremos a seguir as definições dos autores sobre o tema.

De acordo com Valls (1993), a ética é entendida, tradicionalmente como “um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas.” (VALLS, 1993, p. 07). O autor explica que a ética pertence a um campo do conhecimento que procura estudar e avaliar as condutas humanas e seus costumes apontando para uma ideia de certo ou errado e de bem ou mal. Ainda, segundo o autor, o estudo da ética e seus problemas teóricos podem ser separados em dois campos:

Didaticamente, costuma-se separar os problemas teóricos da ética em dois campos: num, os problemas gerais e fundamentais (como liberdade, consciência, bem, valor, lei e outros); e no segundo, os problemas específicos, de aplicação concreta, como os problemas da ética profissional, da ética política, de ética sexual, de ética matrimonial, de bioética, etc. É um procedimento didático ou acadêmico, pois na vida real eles não vêm assim separados. (VALLS, 1993, p. 8)

O mesmo autor avalia que as questões éticas nos acompanham dia a dia e, com certa frequência, passamos a analisar e verificar se nossa conduta está de acordo com o que a sociedade espera de nós em termos de comportamento moral e social. Muitas vezes algum problema de consciência ou sentimento de culpa nos faz refletir se realmente estamos agindo certo ou não. Valls (1993) aponta que cabe à reflexão ética analisar se esses problemas ou sentimentos são verdadeiros ou não. Porém, o autor alerta que existe uma questão muito relevante e mesmo fundamental no estudo da ética. Segundo Valls (1993), os costumes mudam, sendo assim, o que seria considerado certo ou bom pode não mais ser aceito hoje. Os valores se transformam constantemente, assim como os ideais, as normas concretas e até mesmo a sabedoria de um povo. Os costumes mudam dentro de uma mesma sociedade com o passar do tempo e variam de um povo para o outro. Assim, além da questão do tempo, há também, uma diversidade de valores éticos de uma sociedade para outra. Desta forma, o autor aponta que:

Não seria exagerado dizer que o esforço de teorização no campo da ética se debate com o problema da variação dos costumes. E os grandes pensadores éticos sempre buscaram formulações que explicassem, a partir de alguns princípios mais universais, tanto a igualdade do gênero humano no que há de mais fundamental, quanto as próprias variações. Uma boa teoria ética deveria atender a pretensão de universalidade, ainda que simultaneamente capaz de

explicar as variações de comportamento, características das diferentes formações culturais e históricas. (VALLS, 1993, p. 16)

Vásquez (1998), em seus estudos, afirma que existe diferença entre os problemas teóricos morais e os problemas práticos, apesar de estarem relacionados, e também acrescenta que não se deve confundir ética com moral. O autor explica que não é a ética que estabelece as regras e normas de comportamento em uma comunidade. A ética busca estudar as práticas morais já estabelecidas nessa mesma comunidade, analisando as escolhas dos seus indivíduos em situações concretas. Sendo assim, o autor aponta que a ética, a partir das práticas morais de uma comunidade, procura buscar:

a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais. (VÁSQUEZ, 1998, p. 22)

Segundo o autor, “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano” (VÁSQUEZ, 1998, p. 23). Sendo assim, verifica-se que o autor se preocupa, fundamentalmente, em dar ênfase, em seus estudos, quanto ao caráter científico da ética. Desta forma, ele acredita que a ética deve abordar os problemas morais de forma normativa, envolvendo a racionalidade e a objetividade em busca de um conhecimento sistemático e metódico, a fim de formular hipóteses, conceitos e teorias.

Para Vásquez (1998), não devemos confundir o objeto de estudo da ética, ou seja, o mundo moral com a teoria. Pois, se a ética pode ser considerada uma ciência, o mesmo não ocorre com a moral, pois para ele, não existe uma moral científica. O que há, na verdade, é o conhecimento da moral, este sim pode ser abordado de forma científica. Sendo assim, a ética procura estudar e investigar o comportamento moral humano ao longo do tempo e em diferentes sociedades ou comunidades e estabelecer, de forma científica, o conhecimento sobre esses comportamentos morais do homem e da sociedade. Segundo o autor, o objeto de estudo da ética se constitui por uma variedade de atos humanos: “os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.” (VÁSQUEZ, 1998, p. 24). Desta forma, entende-se que a moral pode ser investigada, do ponto de vista da ciência, de forma racional e objetiva quanto a sua origem, fundamento e evolução.

Vásquez (1998) argumenta que, como já foi dito, ética e moral não se confundem, porém se relacionam, sendo a ética uma ciência específica e a moral seu objeto de estudo. O autor explica a origem etimológica dos dois termos e aponta que, embora o significado de ambas tenha se modificado ao longo do tempo, a palavra ética e a palavra moral guardam desde as origens um traço que as tornam semelhantes, no sentido de que se referem a algo adquirido ou conquistado pelo homem:

Certamente, *moral* vem do latim *mos* ou *mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. *Ética* vem do grego *ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. (VÁSQUEZ, 1998. p. 24)

Vê-se, portanto, conforme argumenta Vásquez (1998) que o sentido etimológico de ambos os termos nos remete a um campo especificamente humano, onde o homem atua conscientemente, através de seus comportamentos morais para transformar o mundo em sua volta e, conseqüentemente, sua própria natureza. Ou seja, o homem adquire hábitos e comportamentos que influenciarão o seu modo de viver e o modo de viver dos outros ao seu redor consolidando, desta forma, um processo de transformação que acaba por descrever a própria evolução e história da humanidade.

Após verificarmos as definições atribuídas à ética, abordaremos a seguir os problemas éticos e morais e a visão dos autores quanto ao assunto.

1.2. Os problemas éticos e morais.

Em nosso cotidiano, frequentemente nos deparamos com questões e situações que nos forçam a escolher um caminho ou outro, ou seja, somos obrigados a tomar uma decisão que pode trazer conseqüências não apenas para nós mesmos, mas também para as outras pessoas com quem nos relacionamos.

Vásquez (1998) nos traz algumas questões como: “devo cumprir a promessa x que fiz ontem ao meu amigo Y, embora hoje perceba que o cumprimento me causará

certos prejuízos? (...) Devo dizer sempre a verdade ou há ocasiões em que devo mentir?” (VÁSQUEZ, 1998, p. 15). Nesses casos ou em outros semelhantes, o autor nos explica que se trata de problemas práticos, ou seja, são situações reais que se apresentam na vida do indivíduo. E a solução e consequência da decisão tomada envolve não só a pessoa que a propõe, mas também outras pessoas ou até mesmo uma comunidade inteira. Segundo Vásquez (1998) o indivíduo, para tomar sua decisão, procura ajustar seu comportamento às normas estabelecidas na sociedade e que são consideradas as mais apropriadas para serem cumpridas, ou seja, age de forma moral. Esse mesmo indivíduo também passa a ser julgado pelas suas atitudes de acordo com essas mesmas normas estabelecidas. E assim temos, de acordo com o autor, formas de comportamento do homem para resolver os problemas e juízos que podem aprovar ou reprovar esse comportamento.

Chauí (1988) também nos fala a respeito dos problemas éticos e morais que acompanham o ser humano:

Quantas vezes, levados por algum impulso incontável ou por alguma emoção forte (medo, orgulho, ambição, vaidade, covardia), fazemos alguma coisa de que, depois, sentimos vergonha, remorso, culpa. Gostaríamos de voltar atrás no tempo e agir de modo diferente.

(...)

Em muitas ocasiões, ficamos contentes e emocionados diante de uma pessoa cujas palavras e ações manifestam honestidade, honradez, espírito de justiça, altruísmo, mesmo quando tudo isso lhe custa sacrifícios. Sentimos que há grandeza e dignidade nessa pessoa. Temos admiração por ela e desejamos imitá-la. (CHAUI, 1988, p. 429)

A autora aponta que os sentimentos descritos acima e tantos outros que experimentamos em nossa vida exprimem nosso senso moral. E acrescenta que nossos questionamentos quanto à decisão mais adequada a tomar colocam à prova nossa consciência moral, isto porque nós precisamos decidir, justificar nossos atos para nós mesmos e para os outros e assumirmos a responsabilidade pela nossa decisão e pelas consequências que decorrerem dela.

Segundo Chauí (1988) situações como as exemplificadas apontam que o senso moral e a consciência moral referem-se a valores, a sentimentos que os valores provocam e a decisão que nos conduzirá a determinadas ações, que por sua vez, provocará consequências para nós e para os outros. A autora argumenta que por trás desses valores há um mais profundo: o bom ou o bem. Sendo assim, a nossa escolha entre o bom e o mau e entre o bem e o mal estão relacionados ao “nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes

conosco mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros.” (CHAUI, 1988, p. 431)

Vásquez (1998) considera que as ações que praticamos para solucionar esses problemas que se apresentam em nosso cotidiano referem-se a um comportamento prático-moral. Entretanto, segundo o autor, os homens não apenas agem moralmente, mas também refletem sobre esse comportamento. Desta forma ocorre a “passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa.” (VÁSQUEZ, 1998, p. 17).

Segundo Vásquez (1998) o que distingue os problemas práticos-morais dos problemas éticos é que o segundo é caracterizado pela generalidade. O autor explica que se o indivíduo enfrenta um problema específico na vida real, deverá decidir a melhor forma de resolvê-lo, consultando sua própria consciência e aplicando a norma que ele mesmo reconhece e aceita, de forma que sua ação possa ser boa e moralmente valorizada. A ética, nesse caso, não poderá socorrer o indivíduo, uma vez que sua função não é dar solução aos problemas de cada situação concreta. A ética, de acordo com Vásquez (1998) explica o que é um comportamento regulado por normas ou, por exemplo, define o que é ser bom, mas não indica o que fazer em cada situação concreta vivida pelo indivíduo. Sendo assim, resolver situações cotidianas concretas é um problema prático-moral, definir o que é bom, por exemplo, é um problema geral de caráter teórico.

Apesar dos problemas práticos e teóricos se diferenciarem na esfera moral, Vásquez (1998) aponta que eles não estão definitivamente separados, isto porque um exerce influência sobre o outro. Ou seja, a ética, que é teórica, investiga e elabora conceitos baseada também na observação da prática moral e das soluções que os indivíduos dão aos seus problemas cotidianos. Isso tudo é matéria de reflexão para a ética. Por outro lado, o homem resolve seus problemas práticos também influenciado pelo conhecimento da existência de conceitos que definem, por exemplo, o que é o bom e o mau, o que é o bem e o mal.

Desta forma, Vásquez (1998) informa que a função fundamental da ética, enquanto teoria, é investigar, esclarecer e explicar uma realidade moral, elaborando determinados conceitos. Porém, segundo o autor, deve-se atentar para o fator histórico, pois os princípios e normas mudam no decorrer do tempo: “a pretensão de formular princípios e normas universais, deixando de lado a experiência moral

histórica, afastaria da teoria precisamente a realidade que deveria explicar.” (VÁSQUEZ, 1998, p. 20).

De qualquer modo, depois de esclarecer as diferenças entre os problemas práticos e éticos, o autor aponta que o real valor da ética, enquanto teoria, “está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.” (VÁSQUEZ, 1998, p. 21). Sendo assim, o autor acrescenta que não cabe à ética elaborar juízos de valor sobre a prática moral de sociedades antigas ou modernas, mas procurar explicar e esclarecer o fato de existirem normas, princípios e valores tão diferenciados de uma para outra. A ética, segundo Vásquez (1998) deve investigar e explicar o porquê de uma determinada sociedade ter adotado valores e princípios morais em um momento específico da história e procurar compreender os motivos que a levaram a adotar tais valores e princípios. Enfim, como já mencionado, a ética deve explicar o comportamento moral humano de forma científica, partindo da investigação de determinados fatos para chegar aos princípios gerais, elaborando, assim, conceitos e hipóteses.

Chaui (1988), em seus estudos, nos fala sobre os constituintes do campo ético e aponta que para que haja uma conduta ética é necessário que exista uma consciência moral. Segundo a autora, essa consciência deve reconhecer a diferença entre “bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício.” (CHAUI, 1988, p. 433). De acordo com Chaui (1988), essa consciência moral, além de perceber tais diferenças, também se considera capaz de julgar atos e condutas morais e de agir de acordo com os valores moralmente estabelecidos. Para tanto é necessário que o sujeito moral, ou seja, aquele que possui uma consciência moral, possa agir de maneira responsável, avaliando as situações, fazendo escolhas, percebendo que seus atos podem afetar outras pessoas e até a própria sociedade e exercendo sua vontade e liberdade. Desta forma, a autora identifica algumas condições para que o sujeito ético ou moral possa existir:

- ? ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- ? ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ? ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas;

? ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta. (CHAUI, 1988, p. 434)

A autora nos alerta que o campo ético se constitui de dois polos, quais sejam, o sujeito moral e os valores morais ou virtudes éticas. De acordo com Chauí (1988) a questão da passividade e atividade em relação ao sujeito ético é de grande relevância. Para a autora o passivo é descrito como aquele que não governa sua própria vontade e se deixa levar pelos outros ou pelas circunstâncias, ou seja, é um ser que não exerce sua consciência e responsabilidade. Já o ativo, ou virtuoso, conforme citado pela autora, é aquele que age de acordo com sua consciência, avalia a extensão e consequências de seus atos, valoriza e procura agir de forma coerente e com a razão e é responsável por suas ações, enfim, é um sujeito autônomo.

Chauí (1988) aponta que com relação aos valores morais, a ética verifica como a cultura e a sociedade definem e consideram o que é o bem e o mal. Lembrando, como já frisado, que esses valores mudam de acordo com o tempo para atender as novas demandas da sociedade.

Finalmente, Chauí (1988) aponta um outro constituinte do campo ético: os meios para que o sujeito realize os fins. Quanto a essa questão, a autora afirma que no caso da ética nem todos os meios justificam os fins, ou seja, nem todos os meios são válidos para se chegar a um objetivo. Isto porque para se chegar a um fim ético devemos ter também meios éticos que não desrespeitem a liberdade e a consciência do sujeito moral.

Através da abordagem dos diferentes autores citados em nosso primeiro capítulo pudemos ter uma visão mais abrangente a respeito da ética e assim, nos situarmos melhor quanto a esse tema tão debatido e necessário nos dias atuais. O embasamento teórico oferecido pelos autores pesquisados trouxe uma valiosa contribuição para nos aprofundarmos no tema e buscarmos refletir, de maneira mais abrangente e crítica, sobre a ética na educação e sua implicação na relação professor-aluno.

Sendo assim, fez-se necessário conhecer o conceito, a origem e historiografia da ética, bem como a definição de cada autor sobre o tema. Através desse

embasamento oferecido pelos teóricos torna-se possível pensarmos em tudo que a ética pode ensinar ao homem para que ele tenha um bom viver.

A ética nos ensina como agir de forma racional, analisando as diversas possibilidades e escolhendo a alternativa mais adequada a cada situação. Também nos ensina a refletir sobre nossas ações e a medir as consequências que essas ações podem trazer para nós, para os outros e para a sociedade. A ética nos ensina que somos livres para decidir sobre nossos atos, porém essa liberdade deve estar associada à responsabilidade, ou seja, o sujeito ético deve ser responsável no momento de tomar uma decisão e deve ter consciência de que sua ação refletirá sempre.

A proposta deste trabalho é analisar de que modo a ética pode ser aplicada à educação e, especialmente, no que se refere à relação professor-aluno. Portanto, abordaremos no capítulo seguinte como essa relação tem sido vivenciada no ambiente escolar e o quanto é importante a reflexão ética para a prática educativa.

2 - UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

As reflexões sobre a ética, de forma geral, abrangem todos os setores da sociedade e, portanto, atingem todos os indivíduos, tanto na vida pessoal quanto na vida profissional.

Todos nós vivemos em sociedade, desta forma, necessariamente, devemos estabelecer relações com outras pessoas. Nessas relações interpessoais podemos observar que o contato com o outro pode gerar ações positivas ou negativas. Normalmente, relações que se baseiam em respeito mútuo, cordialidade e, principalmente, na capacidade de entender e se colocar no lugar do outro serão positivas para o grupo e trarão maiores possibilidades para uma convivência harmoniosa, feliz e produtiva.

A ética, como parte integrante da educação, traz importantes contribuições para que as relações interpessoais no ambiente escolar aconteçam de forma positiva e agregadora. Quando a convivência é harmoniosa e baseada em valores éticos o ato de educar se transformará em um exercício onde serão ensinados valores humanizadores como a solidariedade, a justiça, o respeito mútuo, a democracia. Desta forma, o educando se desenvolverá integralmente, agregando não só os conhecimentos específicos da educação formal que a escola deve oferecer, mas, também, os valores indispensáveis para a formação de um indivíduo ético, um cidadão que terá, assim, a capacidade de pensar criticamente e agir em prol de uma sociedade mais justa e humana.

O educador, neste contexto, tem uma participação fundamental no ato de educar, pois muito mais importante do que ensinar é demonstrar através de atitudes e postura aquilo que ele, educador, acredita. O professor tem uma influência decisiva na formação dos educandos e, portanto, deve se preocupar em alinhar tudo o que ensina ao que ele próprio pratica, ou seja, a moral e ética na educação devem ser uma vivência cotidiana.

Este capítulo apresentará algumas reflexões acerca da ética na educação e na relação professor-aluno e para tanto buscaremos embasar a presente pesquisa à luz teórica de alguns autores como Amorim Neto e Rosito (2009), Mario Sergio Cortella (2015), Yves de La Taille (2010), Paulo Freire (1996) entre outros. Verificaremos as

diferentes abordagens sobre ética e moral e sua relação com a educação e buscaremos refletir sobre a prática docente e a relação que se estabelece entre professor e aluno no ambiente escolar.

2.1. Moral e ética – diferentes abordagens.

Verificamos no capítulo anterior que os termos moral e ética não têm o mesmo sentido, portanto não devemos confundir-los. A ética, que é teórica, pode ser considerada uma ciência, porém a moral refere-se à nossa vida prática e às ações e escolhas que devemos tomar para resolver nossos problemas do cotidiano. Sendo assim, o mundo moral torna-se objeto de estudo da ética.

Amorim Neto e Rosito (2009) em seus estudos mostram-se preocupados com a confusão referente ao uso dos termos moral e ética nos dias atuais e apontam que existe um risco considerável de extinção da moral em consequência do sucesso da ética.

Segundo os autores existe hoje em dia um consumo irresponsável que acarreta sérios problemas à vida do planeta. Temos problemas climáticos, crise de energia, inundações, seca, fome, entre outros tantos. Amorim Neto e Rosito (2009) informam que esse consumo desenfreado está associado a um modo de vida que vem se tornando cada vez mais comum em nossa sociedade. O homem atual está muito mais preocupado em consumir produtos *light* e levar uma vida leve ou *light*, porém os autores apontam que esse modo de vida se traduz, na verdade, em uma vida superficial, sem sentido e sem conteúdo, onde o que mais importa é aproveitar o momento, muitas vezes com coisas superficiais e totalmente desnecessárias, sem se preocupar com o amanhã.

Segundo Amorim Neto e Rosito (2009) esse homem *light* tem necessidade de habitar uma sociedade que valoriza o espetáculo, o entretenimento e o consumo, sendo assim, o que importa para ele é chamar a atenção. Não há tempo para reflexões mais aprofundadas e consistentes. Hoje em dia as informações chegam a esse homem, em uma velocidade fabulosa, através de um mundo virtual que permite a ele conhecer de tudo, porém nada com profundidade, sendo assim, nada tem real interesse, nada prende realmente a atenção. E essa interatividade, presente no

mundo virtual, tem como característica o anonimato, que muitas vezes é usado de maneira negativa e destrutiva: “É a barbárie das ruas que invade, apenas pelo barulho dos toques no teclado, o lar de qualquer pessoa com acesso ao mundo virtual.” (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 22).

Quanto à questão do *carpe diem*, aproveitar o momento, viver o aqui e o agora, Cortella e La Taille (2010) concordam que esse foi o pior legado do mundo romano, pois afirmam que essa atitude tem sido muito negativa, especialmente para os jovens no que diz respeito à estruturação de valores. Segundo os autores com essa atitude de viver o momento, a mensagem que se traduz e que está sendo transmitida aos jovens é que não haverá futuro, não haverá trabalho, nem segurança ou meio ambiente, e, portanto, não vale a pena ter um projeto de vida ou pensar no futuro. Os autores apontam que essa é a lógica que faz com que muitos jovens cheguem a um nível de exaustão e esgotamento incomum para a idade: “Eles vivem de forma desesperada, aqui no sentido de ansiedade obsessiva. Tudo é agora. Não existe a noção de tempo elástico, nem a de futuro.” (CORTELLA e LA TAILLE, 2010, p. 44-45). Porém, os mesmos autores afirmam que a mensagem de aproveitar o dia poderia até ser positiva se o objetivo fosse um grito de revolta contra formas de opressão, contra uma vida cotidiana sem graça ou contra formas rígidas e preestabelecidas de educação, onde não se privilegia a autonomia do educando. Fora essas circunstâncias, os autores afirmam que o *carpe diem* seria uma filosofia suicida.

É neste contexto que verificamos como são abordados os temas ética e moral, hoje, em nossa sociedade. Segundo Amorim Neto e Rosito (2009), o significado dos termos varia muito, mesmo no mundo acadêmico.

Amorim Neto e Rosito (2009) apontam que Adela Cortina (2007) já se preocupava com a separação dos termos ética e moral, pois segundo ela, a moral está sendo extinta e a ética “esvaziada de sentido, uma vez que perdeu seus antigos pressupostos, a saber: a metafísica e a religião.” (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 25).

Os autores nos apresentam um outro estudo desenvolvido por La Taille (2006) evidenciando a existência de duas correntes teóricas com bases epistemológicas diversas para uma melhor compreensão acerca da moralidade e da ética:

A primeira linha teria como principais representantes Durkheim e Freud; para este a moralidade é explicada pela afetividade, o que inevitavelmente afirma a heteronomia moral dos indivíduos. Já para Durkheim, a moral humana está

determinada pela obediência absoluta aos mandamentos da sociedade, lembrando que, para Freud, o comportamento moral do ser humano escapa da sua intencionalidade e do controle, pois são inconscientes.

(...)

A segunda teoria tem como representantes Piaget e Kohlberg, que entendem a moral humana a partir da racionalidade, que possibilita a autonomia. Para Piaget, o ser humano vai da anomia para a autonomia, passando pela heteronomia. Para Kohlberg, a existência de seis estágios explicaria melhor a possível passagem da heteronomia à autonomia, mesmo concluindo que a maioria das pessoas adultas não atinge os estágios mais altos. (...) Para Piaget e, em especial, para Kohlberg, embora ambos não neguem a diversidade de sistemas morais, o desenvolvimento destes tem como finalidade o ideal de justiça quem em sujeitos nos estágios mais elevados do desenvolvimento moral, “é pensada em termos universais, pois o sujeito vê antes a si próprio como membro da humanidade, e não apenas de determinada sociedade” (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 27-29)

Amorim Neto e Rosito (2009) ainda citando La Taille (2006-2007) explicam que o autor diferencia moral e ética através de perguntas existenciais. Sendo assim, para a moral a pergunta é: “como devo agir”, referindo-se aos deveres e princípios de dignidade, justiça e generosidade. No que se refere à ética, a pergunta é: “que vida eu quero viver?”. Neste caso, a busca da felicidade e de uma vida boa é o objetivo principal, e segundo os autores, essa busca remete a uma questão subjetiva uma vez que para se considerar feliz o sujeito deve se sentir feliz e, naturalmente, essa avaliação é pessoal.

Nesse sentido, Cortella e La Taille (2010) lembram da definição de ética de Paul Ricoeur:

Ele diz: “Perspectiva ética é a perspectiva de uma vida boa, para e com outrem, em instituições justas”. Veja que programa completo: a perspectiva de uma vida boa, em que o outro comparece de duas formas – *com* o outro (seria a ideia do grupo, da cooperação), mas também *para* o outro (que é a ideia da benevolência, da generosidade). E essa definição não esquece a dimensão política: em instituições justas. Acho muito bonita essa definição porque ela resgata a ideia da vida boa, mas a coloca em um contexto coletivo coerente com o que você chamou de comunidade. E hoje ocorre a volta da preocupação ética, preocupação com a vida boa, mas nem *com*, nem *para* o outro – e menos ainda em *instituições justas*. (Cortella e La Taille, 2010, p. 35)

Segundo Amorim Neto e Rosito (2009) é muito importante saber nomear corretamente os termos *moral* e *ética* para evitarmos confusões que possam extinguir a palavra *moral* e empobrecer a palavra *ética*. De acordo com os autores ignorar ou suprimir o uso da palavra moral não resolve os problemas relacionados às regras, à ordem, aos limites e ao controle. Assim, os autores, para elucidar suas afirmações, mais uma vez nos trazem as palavras de La Taille (2006) para melhor explicar os motivos da confusão dos termos:

é notável o fato de que as pessoas tenham preferido falar em ética ao invés de falar de moral. (...) a falta de precisão conceitual ou um conceito distorcido do termo *moral*, (...) foi vinculado o sentido pejorativo de *moralismo* (...) os movimentos libertários da década de 60, (...) ou, ainda, eventos como os golpes militares em diversos países, que, no Brasil, entre outras expressões, assumiu o rosto pedagógico de *Educação Moral e Cívica*, (...) apenas contribuiu para a desvalorização da palavra moral. (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 36-37)

Amorim Neto e Rosito (2009) nos lembram que essa confusão de conceitos tem acontecido no meio educacional e não apenas em sala de aula, mas na produção de documentos oficiais como no caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) no qual o termo *ética* foi entendido, na verdade, como moral. Os autores apontam que o mesmo tem acontecido nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, uma vez que o termo moral não aparece no texto, mas seu sentido surge ligado à palavra ética. De acordo com os autores essa troca contribui para a desvalorização e extinção do termo *moral*:

O receio justificado do uso da palavra *moral*, (...) gera o uso inadequado da palavra *ética*; como consequência, perde-se um horizonte mais amplo no processo educativo e de formação do professor, posto que limita seu horizonte ao “agir correto diante das regras e normas”, em vez de ampliá-lo para um tipo de vida que dê sentido à existência do educador. (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 40)

Os autores destacam que a democracia tem papel decisivo no desenvolvimento moral, e que, diga-se de passagem, não deve ser confundido com moralismo. Deve-se afastar o equívoco que se criou em relação à moralidade ao ligar o termo a experiências de ditadura militar e religiosa. De acordo com Amorim Neto e Rosito (2009) o indivíduo só alcançará o devido amadurecimento moral quando puder exercitar sua autonomia e viver em um ambiente que aceite e respeite seus pensamentos e suas atitudes, bem como dos outros indivíduos do grupo.

Amorim Neto e Rosito (2009) argumentam que a questão da afetividade também tem uma importante implicação no desenvolvimento moral do indivíduo e, por consequência, na constituição do educador. Segundo os autores, é necessário que o sujeito conheça a si mesmo, suas próprias emoções, sua história pessoal e familiar. É preciso buscar esse conhecimento para que o docente possa encontrar o equilíbrio necessário e chegar à maturidade afetiva, uma vez que ele deverá ser capaz de lidar com situações, em sala de aula, que poderão ser conflitantes e difíceis de controlar se ele não estiver preparado para tanto.

Os autores também apontam para uma outra dimensão, além da afetiva, igualmente importante e necessária na formação de professores, trata-se da busca da transcendência. A dimensão da espiritualidade, segundo os autores, faz com que os indivíduos se percebam em conexão entre si, com o Outro e com o universo:

A espiritualidade que cabe à formação de professores é aquela que supere a tendência de fechamento em si mesmo, as relações interpessoais baseadas em competição e exclusão e também o fundamentalismo religioso, expressão religiosa da incapacidade humana de conviver com o diferente. E que favoreça aos educadores a satisfação de existir, não por aquilo que tenham, mas por serem únicos, irrepetíveis e significativos para o universo, para que possam cuidar de si não de forma egoísta, mas como possibilidade de melhor se relacionar com os outros e com o Outro. (AMORIM NETO e ROSITO, 2009, p. 109)

De acordo com os autores, todas essas dimensões, quais sejam, afetiva, moral e espiritual, além das dimensões cognitivas e físicas devem estar associadas e ser trabalhadas conjuntamente para que haja uma compreensão e desenvolvimento plenos do ser humano. Educadores e estudantes devem buscar juntos esse desenvolvimento efetivo. E, de forma especial, educadores precisam estar preparados para assumirem a posição de facilitadores do desenvolvimento humano. Segundo Amorim Neto e Rosito (2009) o educador, além de sua formação acadêmica, deve trazer em si sinais de amadurecimento moral, afetivo e emocional para que ele possa conhecer-se e encontrar-se em si mesmo para depois dedicar-se verdadeiramente aos educandos. Segundo os autores a questão crucial para uma sociedade mais humana e fraterna é a valorização do convívio solidário entre os seres humanos. Sem isso a sociedade e as relações humanas serão caracterizadas pela indiferença e pela anulação do outro.

Desta forma, verificamos que as relações interpessoais que desenvolvemos ao longo de nossas vidas têm implicações decisivas em nossa maneira de agir e pensar. No ambiente escolar, especificamente, essa relação assume proporções muito significativas e repercute no processo ensino-aprendizagem, uma vez que educadores e educandos precisam estar sintonizados e voltados para um mesmo objetivo, ou seja, a construção e transformação do conhecimento. E esse objetivo só será alcançado de forma eficaz se a relação estabelecida entre os envolvidos no processo for positiva. O educador, nesse sentido, é o responsável pela relação que estabelece com os educandos e com os vínculos que serão criados. Assim, vínculos positivos poderão despertar no aluno um interesse especial sobre determinado assunto ou conteúdo,

por outro lado, vínculos negativos poderão trazer desinteresse e até mesmo aversão ao tema tratado ou disciplina.

A ética, nesse contexto, pode ser muito importante e útil para o trabalho docente pois trará ao professor uma diretriz de como agir e se posicionar diante de situações que fatalmente ocorrerão ao longo de sua trajetória profissional. Sendo assim, abordaremos a seguir algumas reflexões sobre ética na formação e prática docente.

2.2. Ética na prática docente. Reflexões para uma boa relação professor-aluno.

O ato de educar, necessariamente, envolve relação entre as pessoas, ou seja, ele ocorre a partir do diálogo que se estabelece entre os seres humanos. A ética na educação é de fundamental importância pois fará com que o educando aprenda valores que possibilitará a ele um desenvolvimento pleno e autônomo. Desta forma, ele terá condições de gerenciar sua própria vida, analisando e questionando situações de seu cotidiano e da própria sociedade.

Freire (1996) sublinha, em seus estudos, a responsabilidade ética de professores e professoras no exercício da docência e acrescenta que além da formação científica são necessários outros pressupostos para a prática educativa:

Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente, nos dedicar. (FREIRE, 1996, p. 18)

Segundo Freire (1996) é de fundamental importância que os estudantes percebam que existem diferentes posições e compreensões a respeito de um mesmo fato e que os professores podem divergir quanto aos diferentes temas, porém é de igual relevância que os alunos percebam a lealdade, o respeito e o cuidado que os professores devem ter quando analisam e criticam a postura de outros que, por ventura, não coincidam com as suas.

De acordo com Cortella (2015) é indispensável à prática docente “a capacidade de não só fazer bem aquilo que se faz, mas fazer o bem com aquilo que se faz.” (CORTELLA, 2015, p. 9). Segundo o autor fazer bem é uma questão de competência, porém fazer o bem corresponde a um esforço máximo da capacidade e possibilidade

do indivíduo em busca de uma existência melhor. E não apenas para o próprio indivíduo, mas também para a comunidade onde ele se insere. Em outras palavras, fazer o bem é usar a maior capacidade que a pessoa e a comunidade têm para construir uma vida plena e abundante para todos. O autor aponta que a abundância, nesse sentido, diz respeito a uma vida sem carências, sem miséria. Segundo ele, trata-se de ter uma vida simples, porém com o suficiente para garantir uma existência digna, onde haja “trabalho digno, moradia saudável, amorosidade acolhedora, sexualidade livre, religiosidade não alienante” (CORTELLA, 2015, p. 11) para todos e todas. Cortella (2015) sublinha a importância de se pensar em formar pessoas decentes, através da escola ou da educação em geral, para que a vida não se torne pequena e para que não se diminua a dignidade coletiva.

Freire (1996), neste sentido, reconhece que somos seres condicionados, mas não determinados e, portanto, acredita que a História se faz através de possibilidades e não de determinismos. Segundo ele, apesar de convivemos com muitos problemas em vários setores de nossa sociedade que acabam por reforçar o discurso de uma ideologia fatalista e imobilizante, ainda há tempo e possibilidade de buscar um futuro melhor, para isso é necessário que homens e mulheres se reconheçam como sujeitos da história e não apenas objeto.

A educação, de forma geral e especificamente no ambiente escolar, é um desses setores que apresentam muitos problemas, porém passível de mudanças. Nesse sentido, a prática e formação docente é um tema que merece uma reflexão mais aprofundada.

De acordo com Freire (1996) a formação docente necessita de alguns saberes fundamentais para a sua prática. Segundo o autor é preciso que o formando reconheça desde o princípio de sua formação que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 24). Desta forma, ele aponta que o ato de ensinar e aprender é um processo que se constrói através do diálogo e do respeito mútuo:

É preciso que (...) desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, (...) Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p. 25)

Freire (1996) aponta que o educador preocupado com uma postura ética deve, em sua prática docente, reforçar no educando sua capacidade de analisar e criticar, deve também estimular a curiosidade e o gosto pela busca e descoberta do novo. O autor aponta que na verdadeira aprendizagem “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.” (FREIRE, 1996, p. 28). O autor acrescenta que além de ensinar os conteúdos é também tarefa docente ensinar a pensar certo. Ele explica que pensar certo é justamente reconhecer que não existe uma certeza inquestionável, ou seja, os homens, como seres históricos, atuam no mundo e produzem novos conhecimentos que substituirão aqueles que já foram novos um dia, portanto, Freire (1996) conclui que os saberes nunca estão prontos e acabados, pelo contrário, eles se constroem dia-a-dia.

Nessa linha, Freire (1996) sublinha que o professor e a própria escola devem respeitar os saberes dos educandos, pois eles trazem consigo uma bagagem adquirida na própria família e na comunidade onde vivem. O autor ainda acrescenta que seria muito interessante discutir com os próprios alunos a relação desses saberes com o ensino dos conteúdos.

A esse respeito Cortella (2015) informa que o aluno constrói seu aprendizado nos ambientes que frequenta e o professor, como mediador no processo de ensino-aprendizagem, deve estar sempre atento a esse fato. Sendo assim, o autor afirma que “um professor mais inteligente leva em conta aquilo que o aluno já sabe, para que ele comece a saber aquilo que precisa saber.” (CORTELLA, 2015, p. 20). E o autor complementa seu pensamento apontando que “É um equívoco supor que o aluno seja um vaso absolutamente vazio em que se vai colocando coisas dentro.” (CORTELLA, 2015, p. 20).

Freire (1996) ensina que a criticidade é outro saber importante à prática docente. O autor aponta que no processo de aprendizagem e construção do conhecimento o educando parte da curiosidade ingênua para a *curiosidade epistemológica*, ou seja, parte do saber do senso comum para a curiosidade crítica, insatisfeita, mais metódica e rigorosa. Segundo o autor a promoção da ingenuidade para a criticidade é uma tarefa que deve ser desenvolvida pelo educador ético e comprometido com uma prática docente voltada para a formação integral do educando:

A necessária promoção da ingenuidade a criticidade não pode ou não deve ser feita a distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. (...) a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. (...) Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. (...) Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (...) Pensar certo (...) demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. (FREIRE, 1996, p. 34-35)

Segundo Freire (1996) a prática docente exige relação entre pensar e fazer, ou seja, as palavras devem corresponder à ação de forma que o exemplo prático se torne a corporificação das palavras ditas pelo professor.

Neste sentido, Cortella (2015) aponta que a moral e a ética devem ser vivenciadas, a princípio na família e mais tarde na instituição escolar. Segundo o autor o sujeito responsável pela formação de pessoas deve assumir com honestidade tudo aquilo que pratica e ter clareza e responsabilidade no momento de escolher o que se aceita e o que se rejeita.

É também preocupação de Freire (1996) na formação e prática do docente ético saber avaliar as novas propostas no âmbito da educação e ter critérios adequados para aceitá-las ou recusá-las. Segundo o autor o novo não pode ser aceito ou recusado só por ser novo e nem tudo que é considerado velho deve ser descartado, pois aquilo que ainda tem sua validade e tradição continua atual.

Verificamos essa mesma forma de pensar através das palavras de Cortella (2015) quando afirma que a tradição corresponde àquilo que vem do passado e deve ser protegido, guardado e levado adiante, já o que vem do passado e deve ser descartado por ser considerado superado atribui-se o nome de arcaico. Desta forma o autor comenta que na educação quando se diz que uma escola é superada, o ideal seria dizer escola velha e não tradicional. E conclui seu pensamento com as seguintes afirmações:

O que é velho dentro de uma escola? Conteudismo, em vez de conteúdo, atenção à mera informação, supor que a memória é a única coisa que serve para avaliar alguém. Algumas coisas têm de vir do passado, outras não farão falta se lá ficarem.

(...)

O que também é novo, sem ser apenas novidade? O engajamento docente, o compromisso persistente com a mudança positiva, sem acomodação. Compromisso: virtude tradicional! (CORTELLA, 2015, p. 42)

Freire (1996) também aponta que um saber fundamental e que deve estar presente na formação permanente dos professores é o exercício da reflexão crítica sobre a prática. Segundo ele, esse exercício envolve um movimento entre o fazer e o pensar sobre o fazer, ou seja, é através dessa reflexão que se vai aprimorando a prática docente.

Esse exercício de pensar sobre a prática docente a fim de melhorá-la a cada dia leva a um outro saber muito importante na vida do docente e que Freire (1996) apontou como uma necessidade básica, qual seja, a consciência do inacabamento. Segundo Freire (1996) onde há vida há inacabamento, porém só os humanos têm a consciência de sua condição de seres inacabados. De acordo com Freire (1996) homens e mulheres têm a possibilidade de embelezar ou enfeiar o mundo, pois são capazes de decidir e escolher as ações que devem tomar e, nesse sentido, a ética está presente em nossa vida e nas escolhas que fazemos. Segundo o autor somos capazes de grandes ações, mas também de exemplos de indignidade e baixaza, pois “só os seres que se tornaram éticos podem romper com a ética.” (FREIRE, 1996, p. 51). E acrescenta: “Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las.” (FREIRE, 1996, p. 52). E o autor acredita que tais mudanças são possíveis porque a sua existência, sua passagem no mundo, assim como a de todos os homens, não é predeterminada, preestabelecida.

Cortella (2015), a esse respeito, sublinha a necessidade dos docentes reconhecerem que aquele que se forma tem um caminho a percorrer e portanto, naturalmente, não está pronto. Segundo ele é necessário humildade para que haja o reconhecimento de que ninguém é perfeito ou perfeita. E de acordo com o autor “um educador sabe que não está perfeito, não está concluído, não está terminado.” (CORTELLA, 2015, p. 21).

Freire (1996) acredita que o educador ético deve ter a consciência de se reconhecer um ser condicionado, uma vez que está inserido em uma sociedade cujo sistema econômico, social e político interferem decisivamente e criam barreiras quase que intransponíveis para que as mudanças necessárias possam ocorrer, porém, o autor afirma que embora condicionado, é necessário saber-se não determinado e acabado. Sendo assim, ele acredita que o reconhecimento da própria inconclusão do ser é que torna possível ao homem a busca por uma sociedade mais justa:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. (FREIRE, 1996, p. 57)

Freire (1996) acrescenta que a prática docente exige outros saberes dos professores e professoras, entre eles, o respeito à autonomia do educando e uma boa dose de bom senso. Segundo o autor, o professor deve respeitar a curiosidade do educando, a sua linguagem, seu gosto estético e até mesmo sua inquietude, pois é através das diferenças que os sujeitos dialógicos aprendem. De acordo com Freire (1996) o professor deve estar presente na formação do educando, mas de forma respeitosa, sem exercer qualquer tipo de discriminação e sem ferir princípios éticos de nossa existência. Para tanto, o autor aponta que o bom senso é indispensável no momento de exercer a autoridade em sala de aula, e a autoridade é absolutamente necessária para tomar decisões, para propor atividades e tarefas e para cobrar a produção do educando. A autoridade do professor é um dever do docente ético que deve usar de seu bom senso para não confundi-la com autoritarismo.

Nesse sentido, analisando a relação professor e aluno podemos verificar algumas características que podem facilitar ou dificultar o diálogo em sala de aula:

O professor é diferente do aluno do ponto de vista epistêmico porque, no mínimo, ele estuda há mais tempo que o aluno. Porém, isso não faz do professor alguém melhor que o estudante; ambos se igualam nas perspectivas antropológica, humana, e cognitiva, das inteligências. Se esses norteamentos forem perseguidos na relação pedagógica de sala de aula, então podemos abrir caminho ao diálogo democrático, à relação e à vinculação que consubstanciem a interpessoalidade. Sem isso, voltamos ao embrutecimento do individualismo antropocêntrico, do cada um por si, do aprender a aprender sozinho e por conta própria. (SIMKA e MENEGUETTI, 2010, p. 139)

Segundo Freire (1996) é papel do professor contribuir para que o educando se torne o verdadeiro artífice de sua formação. De acordo com o autor a alegria e a esperança devem estar presentes na relação professor-aluno para que os dois possam aprender juntos e ensinar através de suas experiências, produzir, reconhecer-se como sujeitos de sua formação e resistir aos obstáculos que possam impedir a sua alegria e a construção de uma sociedade mais justa e feliz.

É nesse movimento de ensino-aprendizagem, embasada em uma relação construída através do respeito mútuo, que os sujeitos envolvidos (professor-aluno) vão se percebendo como capazes de intervir na realidade. E, de acordo com Freire

(1996) há um saber fundamental para que a transformação ocorra: *mudar é difícil mas é possível*. Segundo o autor é a partir desse conhecimento que se deve programar a ação político-pedagógica do docente ético.

No mesmo sentido, Cortella (2015) acrescenta que no ambiente escolar, muitas vezes, é necessário sair de uma situação acomodante para que algo possa ser positivamente mudado, e não adianta dizer “isso não é problema meu”, pois se afeta outras pessoas que convivem num mesmo ambiente, eticamente, esse problema é nosso:

A frase “você não vai mudar o mundo” é profundamente acomodante, porque você não vai mudar o mundo se continuar achando que ele não pode ser mudado. Mas, quando você se junta com outros que acham que dá para mudar, dá-se um passo adiante no intento de mudá-lo.

(...)

a escola nem tem uma autonomia absoluta, ou seja, ela nem pode fazer o que quiser nem tem determinação absoluta, isto é, que mandam nela como bem entenderem. A escola tem uma autonomia relativa.

(...)

Educação é um processo coletivo, o projeto pedagógico do conjunto da escola tem de levar isso em conta. Se eu tentar me proteger individualmente ou tentar resolver por conta própria, eu fragilizo o espaço escolar coletivo. Se eu não trazer isso como um tema para o nosso trabalho, isso inviabilizará uma das tarefas da escola, que é a formação científica, isto é, conteúdos de base científica; eu preciso lidar concomitantemente com conteúdos de formação ética, de convivência, de valores, portanto, de formação, e não apenas de informação. (CORTELLA, 2015, p. 40-46)

Freire (1996) enfatiza a necessidade dos docentes compreenderem que ensinar é saber que a educação é uma forma de intervenção no mundo. O autor aponta que tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a postura ética do professor que deve ser coerente com o que faz, diz e escreve. A educação, segundo Freire (1996), por ser parte da sociedade implica na reprodução de uma ideologia dominante, mas também numa forma de desmascará-la, pois quando nos tornamos capazes de escolher, comparar, analisar e nos colocamos como sujeito do nosso processo de formação, temos a possibilidade de nos enxergarmos como seres condicionados, porém não determinados, e, portanto, com chances de modificar aquilo que precisa ser mudado.

Cortella (2015) informa que o “sistema” sempre se apresentou como uma explicação para a questão da educação, ou seja, não há mudança na educação porque o sistema não permite. Porém, o autor aponta alguns caminhos que podem ajudar a transformar o quadro atual:

Com organização social, com adesão a movimentos que querem proteger a Educação decente, com participação política no cotidiano, eventualmente para quem o deseja, com uma participação partidária, com presença em organizações não governamentais ou governamentais, esse é o enfrentamento das condições extraescolares. (CORTELLA, 2015, p. 49)

As questões intraescolares, segundo Cortella (2015) são aquelas que têm a ver com nossas decisões internas, ou seja, o nível de comprometimento e adesão com o trabalho pedagógico da escola: “Não basta que eu (...) cumpra a minha obrigação; eu preciso ultrapassar, ir além (...) é preciso fazer o que há de mais avançado naquela condição, em vez de se render às condições como razão de não fazê-las.” (Cortella, 2015, p. 50).

Desta forma, o autor comenta que além das condições extraescolares, há questões que não dependem de governo ou sistema, mas de nossas decisões internas. Sendo assim, nas questões intraescolares, por serem decisões internas, passamos do campo da tarefa (obrigação) para o campo do dever ético:

As questões intraescolares passam por uma convicção de um projeto coletivo, que tenha o envolvimento dos educadores, em parceria com a comunidade escolar, isto é, alunos, professores, funcionários e pais ou responsáveis. Essa conjunção é que gerará potência para que avanços ocorram. (CORTELLA, 2015, p. 50)

Nesse instante Cortella (2015) aponta a necessidade de se debater política no espaço escolar, não de forma partidária, mas de forma ampla, no sentido de cuidar da vida coletiva e da sociedade. Segundo o autor quando a escola não adentra ao mundo da política ela deixa de ser cidadã.

Aliás, conduta ética e práticas cidadãs são apontadas como fundamentais para que as organizações sobrevivam. A escola deve ser cidadã e cada vez mais exige-se de todos os educadores uma competência ética. Sendo assim, apontam Simka e Meneghetti (2010) que as discussões éticas e cidadãs devem ser estimuladas no âmbito escolar, devem fazer parte do conteúdo programático e, mais do que isso, devem ser um compromisso dos educadores “com a formação de novos homens e mulheres que contribuam, por meio da prática cidadã, e a vivência dos princípios éticos, na construção de um novo tempo, melhor e mais feliz.” (SIMKA e MENEGETTI, 2010, p. 62-63)

Freire (1996) já afirmava, a respeito da necessidade de se debater ética e cidadania no âmbito educacional, que “a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política.” (FREIRE, 1996, p. 108). Sendo

assim, o autor ensina que o educador ético deve reconhecer que sua prática nunca pode ser neutra, simplesmente porque a neutralidade não existe. Ele deve, sim, assumir suas posições com clareza, sem negar ou esconder sua postura diante dos alunos, sabendo e assumindo que ela pode ser até rejeitada. Mas em nome do respeito que deve aos alunos essa atitude deve ser uma prática cotidiana do docente. E assim, a título de exemplo, Freire (2015) se define da seguinte forma como professor:

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste. (FREIRE, 1996, p. 100-101)

Sem dúvida, o debate cidadão e as questões éticas na educação escolar são absolutamente necessários, porém também trazem grandes desafios para os educadores, uma vez que terão de aprender a lidar na prática com uma diversidade de culturas e indivíduos que deverão conviver harmoniosamente neste mesmo ambiente. Os professores devem estar capacitados para administrar e resolver os conflitos que possam aparecer no ambiente escolar decorrentes das características peculiares de cada indivíduo. Além disso, o docente ético deve promover uma educação que combata qualquer preconceito e discriminação e estar sempre aberto ao diálogo:

Por isso, mais do que ensinar conceitos e valores como cidadania, crítica, democracia, solidariedade e respeito, é preciso que os atores vivenciem e compartilhem tais valores no ambiente escolar. Este pode ser o caminho para que ocorram atitudes transformadoras no espaço escolar. (SOUSA, s/d, p. 10)

Uma prática fundamental que se associa às outras já citadas e que deve estar presente na vida do docente ético é a capacidade de escutar os educandos. O professor deve estar ciente de que seus alunos têm muito a oferecer para fortalecer ou até mesmo transformar o discurso do próprio educador. Assim, para que a comunicação seja efetiva, sincera e saudável, o professor deve dar oportunidade, motivar e desafiar seus alunos a fim de que eles também falem, respondam e participem daquele momento. Freire (1996) já dizia: “é *escutando* que aprendemos a

falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*,” (FREIRE, 1996, p. 111). O autor também acrescenta que uma fala de cima para baixo, não dando oportunidade para o ouvinte se manifestar, só fortalece a maneira autoritária de lidar com os alunos. E enfatiza o seu papel de professor no sentido de apoiar seus alunos para que eles próprios possam vencer suas dificuldades:

ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o entendido. É nesse sentido que se impõe a mim *escutar* o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar *com ele*. (FREIRE, 1996, p. 117)

É através da escuta que se aprende a respeitar e aceitar as diferenças, e de acordo com Freire (1996) aprendemos que algumas virtudes são necessárias para uma prática docente ética e voltada para a formação integral do educando tais como a tolerância, amorosidade, humildade, gosto pela vida, disponibilidade à mudança, abertura ao novo, recusa aos fatalismos e cultivo da esperança e da alegria.

Nesta mesma linha encontramos os ensinamentos de Cortella (2015) quando afirma que alinhar discurso e prática é sinal de autenticidade e postura ética. Porém, ele nos alerta para não deixarmos que nossa autenticidade se aproxime da falta de educação. Segundo o autor o ser autêntico deve também cultivar uma outra virtude que é a piedade, pois não se pode dizer tudo o que se pensa desqualificando o outro. A convivência se tornaria ofensiva desta forma. É preciso corrigir sem ofender e orientar sem humilhar:

Formar pessoas autênticas é formar pessoas que não sejam hipócritas, dissimuladas. Formar para que elas sejam transparentes e francas o tempo todo é dificultar a convivência. Existe um dosamento, que é a capacidade de ficar naquilo que não ofende. É o princípio da piedade que tem de ser ensinado.

(...)

A ética se consolida dentro do indivíduo e não por reflexo dos outros grupos. Eu quero ser autêntico porque tenho isso como um valor. Não porque a outra pessoa, deixando de ser, me desobriga de sê-lo.

Ser piedoso é impedir que haja a crueldade dentro da relação, aquilo que produz no outro não uma animação, mas um sofrimento. A piedade é a recusa ao sofrimento alheio. (CORTELLA, 2015, p. 70)

Por fim, outro ponto dos ensinamentos deixados por Freire (1996) e que merece ser lembrado por aqueles que desejam trilhar os caminhos da docência é a necessidade de se querer bem aos educandos, assim como a nossa própria prática educativa. Naturalmente, ele explica que não devemos permitir que a afetividade interfira no momento de cumprirmos nosso dever de professor, por exemplo, no momento de avaliar o trabalho escolar de um aluno. Porém a afetividade e alegria na

docência devem acompanhar o docente em seu cotidiano pois são o combustível necessário para continuar seu trabalho de forma positiva e esperançosa por um mundo melhor e mais justo. De acordo com o autor a seriedade e rigorosidade docentes não afastam a afetividade e a alegria. A prática educativa é muito mais abrangente e abarca: “afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança (...)” (FREIRE, 1996, p. 140).

Outros autores também concordam que a ação de ensinar e aprender não pode se resumir simplesmente à capacidade cognitiva do educando. Pelo contrário, esse processo envolve outros fatores como “a afetividade, a motivação, a sensibilidade – ingredientes imprescindíveis à educação humanista.” (Simka e Meneghetti, 2010, p. 103). Segundo os autores o comportamento do professor em sala de aula deve estar voltado para uma dimensão afetiva, assim como os conteúdos abordados e as estratégias usadas devem possuir uma carga afetiva. Desta forma, os textos e as referências usadas devem estar de acordo com a realidade do aluno e as formas de abordar esses assuntos devem ser interessantes e acessíveis. Os autores concluem que o professor não pode deixar de preparar seus alunos para o desempenho profissional, mas sobretudo deve prepará-los para a vida:

Educar nos dias de hoje é muito mais que transmitir conhecimentos, é transmitir amor, é trabalhar a emoção, é semear virtudes. A propósito, a ética não é um apelo racional, a ética é um apelo emocional. Se quisermos uma sociedade ética, precisamos primeiramente educar o emocional. (SIMKA e MENEGUETTI, 2010, p. 116)

Por todo o exposto verifica-se que a ética na relação professor e aluno é de fundamental importância, uma vez que não há educação sem ética e que é justamente essa relação que contribuirá para uma formação integral do educando. Naturalmente a ética deve ser vivenciada no espaço escolar, de forma que essa prática se torne espontânea e faça parte do dia-a-dia de professores e alunos. Alinhar discurso e prática deve ser a postura natural do docente. Outro ponto que deve ser lembrado é o fato de que todos estamos em um processo de formação contínua, professores e alunos devem ter o respeito mútuo e a cooperação como virtudes indispensáveis para seu aprendizado, desta forma estaremos colaborando, através da educação, para uma sociedade mais justa e ética.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a ética na educação e discutir alguns pontos dessa relação. Também foi objeto central desta monografia verificar a importância de tratar desse tema no ambiente escolar e observar sua influência na relação profissional entre professor-aluno.

Verificamos a importância da ética para a convivência em sociedade e tudo o que ela pode oferecer ao homem para que ele possa buscar uma vida digna e decente, pautada por valores que levarão ao engrandecimento de nossa existência e de nossa história.

Refletimos sobre o conceito, origem e historiografia da ética para buscarmos subsídios para uma melhor análise da influência da ética na relação professor-aluno e na prática docente.

Através desta pesquisa pudemos observar o trabalho de intelectuais e educadores de vanguarda brasileiros, dentre eles, Paulo Freire, que buscaram humanizar a educação através de um comportamento ético e voltado para a formação integral do educando, tendo como base o respeito e o diálogo. Desta forma, verificamos também que essa relação dialógica entre professor e aluno proporciona a ambos um crescimento pessoal e nos dá a consciência de que é preciso reconhecer que nossa formação nunca está pronta e acabada e que o conhecimento é algo que deve ser construído e compartilhado dia-a-dia, a fim de que as mudanças necessárias possam ocorrer para o nosso próprio bem e de nossa sociedade.

Constatamos que a prática docente envolve capacidade científica e domínio técnico necessários para o ensino dos conteúdos, mas, sobretudo, nos dias atuais, é primordial reconhecermos que a afetividade, a motivação e a sensibilidade, entre outros saberes são igualmente importantes e indispensáveis para o exercício da docência voltada para uma formação humanista e integral do aluno.

Notamos que o papel do professor tem se alterado com o passar do tempo e hoje, com o mundo globalizado e a rapidez com que as informações circulam, verifica-se que a função do educador deixa de ser a de provedor dessas informações tornando-se cada vez mais a de um mediador, com o intuito de motivar e estimular em seus alunos a capacidade de analisar, entender, desenvolver consciência crítica e

construir seu próprio conhecimento. O professor, nesse sentido, deve saber transmitir competência e sensibilidade e adotar essa prática em seu cotidiano. Só uma postura calcada na ética é capaz de marcar positivamente a presença do professor em sala de aula e tornar sua imagem uma referência para os alunos.

Ética e educação conforme amplamente discutido neste trabalho têm uma relação muito estreita e por conta disso a dimensão ética na relação professor e aluno é de suma importância. Podemos dizer que a ética se revela quando o professor, no ato de educar, assume uma postura coerente entre seu discurso e sua prática, quando ele ensina valores humanos e humanizadores, como a justiça, a solidariedade, a democracia, a dignidade da pessoa. A ética na educação se realiza quando o professor demonstra respeito aos alunos e disponibilidade para o diálogo. Na verdade, podemos dizer que o professor ético deixará na memória de seus alunos, a sua postura, os valores morais que ele acredita e pratica em seu cotidiano, a sua competência, a sua forma respeitosa e solidária de lidar com os educandos e também a sua autoridade.

Em suma, a postura ética que o professor consciente deve ter em sua prática pedagógica é o que acabará se tornando marcante na formação dos educandos, pois muito mais do que aprender os conteúdos necessários em cada matéria, é fundamental que a educação se pautem na dimensão relacional e afetiva e se torne mais humanizada e voltada para valores que facilitem uma boa convivência e uma melhor forma de viver em sociedade. Uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana.

REFERÊNCIAS:

- AMORIM NETO, Roque do Carmo. ROSITO, Margaréte M. Berkenbrock. **Ética e Moral na Educação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança!** São Paulo: Cortez, 2015.
- CORTELLA, Mario Sergio. LA TAILLE, Yves de. **Nos labirintos da moral**. São Paulo: Papyrus, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SIMKA, Sérgio. MENEGHETTI, Ítalo. (Org.) **A relação entre professor e aluno: um olhar interdisciplinar sobre o conteúdo e a dimensão humana**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- SOUSA, José Vieira de. **Ética e educação: que relação é esta?** Disponível em: http://servicos.catolicavirtual.br/conteudos/graduacao/disciplinas/cursos_virtuais/etica/html/uea_01/leituras/artigo_etica_e_educacao.pdf. Acesso em 22 jan. 2018.
- VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18, ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ANEXO
DECLARAÇÃO

Eu, ELIANA GARCIA, portador(a) do documento de identidade RG 18.021.408-1, CPF nº 087.285.018-88, aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Pós-Graduação DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR, do programa de Lato Sensu da UNIP – UNIVERSIDADE PAULISTA, sob o nº 10761 declaro a quem possa interessar e para todos os fins de direito, que:

1. Sou o(a) legítimo(a) autor(a) da monografia cujo título é: "A QUESTÃO DA ÉTICA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO", da qual esta declaração faz parte, em seus ANEXOS;
2. Respeitei a legislação vigente sobre direitos autorais, em especial, citado sempre as fontes as quais recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros, conforme as normas técnicas em vigor.

Declaro-me, ainda, ciente de que se for apurado a qualquer tempo qualquer falsidade quanto às declarações 1 e 2, acima, este meu trabalho monográfico poderá ser considerado NULO e, conseqüentemente, o certificado de conclusão de curso/diploma correspondente ao curso para o qual entreguei esta monografia será cancelado, podendo toda e qualquer informação a respeito desse fato vir a tomar-se de conhecimento público.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente DECLARAÇÃO,

Em São Paulo, 26 FEVEREIRO de 2018

Eliana Garcia

Assinatura do (a) aluno (a)

Autenticação dessa assinatura, pelo
funcionário da Secretaria da Pós-
Graduação *Lato Sensu* da UNIP